

Parte do dinheiro vai para as reformas

BRASÍLIA E SÃO PAULO – Os empréstimos de US\$ 9 bilhões do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Brasil têm em comum o fato de poderem ser desembolsados rapidamente e de serem destinados a programas específicos de apoio às reformas estruturais. Do total de empréstimos do BID, de US\$ 4,5 bilhões, US\$ 1,1 bilhão foram anunciados em setembro para apoiar as microempresas e os pequenos e médios empreendimentos, além de estimular a participação privada nos setores de educação e saúde.

Para o governo brasileiro, além dos programas que serão desenvolvidos, interessa o aporte de dólares que será feito por esses organismos. O BID já anunciou que cobrará caro pe-

lo empréstimo: 4% acima das taxas de juros que remuneram os títulos do Tesouro americano, hoje de 5% ao ano. Os empréstimos do BID poderão chegar a US\$ 4 bilhões até dezembro.

Segundo o Banco Mundial, o primeiro empréstimo do banco para o Brasil será analisado em dezembro. Os empréstimos deverão servir “para a proteção dos mais pobres durante o período de ajuste”. De acordo com o banco, o dinheiro integrará a agenda governamental de reformas estruturais nas áreas de Previdência Social, Administração Pública e Regulamentação, Supervisão e Seguro de Depósitos Bancários.

“Nosso programa de empréstimos tradicionais dará enfoque especial às áreas sociais como educação, saúde, reforma agrária, água e saneamento,

visando beneficiar, principalmente, as populações mais carentes do Brasil”, disse o diretor do Departamento do Brasil no Bird, Gobind Nankani.

Acordo – Em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), depois de quase dois meses de expectativas o acordo com o FMI vai ajudar o Brasil a esperar com calma a sua volta para o mercado internacional de capitais – o que ainda não deve acontecer este ano, disse o ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas Gomes. “O grande teste do país acontecerá no primeiro trimestre de 99”, afirma.

A partir de agora, destaca Carlos Thadeu, a maior preocupação será a “calibragem” das taxas de juros pelo Banco Central. “O BC não pode errar a mão”, adverte.

Em São Paulo, o governador eleito do Rio, Anthony Garotinho, disse ontem que o empréstimo do FMI “vai dar no máximo para três a quatro meses” se o governo não mudar a política econômica. Segundo o governador, se o governo federal não reduzir as taxas de juros, os recursos do FMI não serão suficientes para resolver os desequilíbrios do déficit público, que continuariam com as altas taxas de juros.

“Aqueles que tinham alguma ilusão com esse modelo econômico já perderam”, disse o governador. Garotinho disse que o governo só tem feito “remendos” e que o acordo não resolverá nada se os juros não caírem em níveis abaixo de 20% ao ano. Criticou ainda a âncora cambial do real, afirmando que o mercado não aceitará os “papagaios” do governo.